

O direito à Literatura: dos documentos oficiais às práticas educativas

Andressa Teixeira Pedrosa Zanon¹

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Instituto Federal Fluminense

Eliana Crispim França Luquetti²

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Fechado, um livro é literal e geometricamente um volume, uma coisa entre outras. Quando o livro é aberto e se encontra com seu leitor, então ocorre o fato estético.

BORGES, 1987

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os documentos oficiais da educação que tratam da Literatura no Ensino Médio, mais especificamente os PCNEM, PCN+ e OCN, para entender como esse conteúdo vem sendo exposto, além de investigar as filiações teóricas e intencionalidades dos documentos. Sabemos que o ensino de Literatura não vem sendo eficaz nas escolas brasileiras, o que resulta

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em Cognição e Linguagem, orientada pela professora Doutora Eliana Crispim França Luquetti.

² Doutora em linguística pela UFRJ, Professora da UENF.

O direito à Literatura: dos documentos oficiais às práticas educativas

em uma formação ineficiente dos jovens, com relação à leitura. Diante disso, é fundamental compreender a importância desse conteúdo para a plena formação dos discentes e tentar encontrar caminhos possíveis para a condução mais efetiva do ensino de Literatura na Educação Básica. Para esse fim, investigamos autores que tratam da relevância do texto literário para a plena formação cidadã, como Candido (2011), Orlandi (1999), Cosson (2006), dentre outros. Assim, investigamos os documentos acima citados e percebemos que os mesmos ainda não são satisfatórios na proposição de um caminho eficiente para o ensino de Literatura na escola.

Palavras-chave: Ensino; Literatura; Documentos oficiais.

Title: The right to literature: from official documents to teaching practices

Abstract: The purpose of this article is to investigate the official documents of education which deal with Literature on High School, specifically PCNEM, PCN + and OCN, to understand how this content is being exposed, besides to investigate the theoretical affiliation and intentionality of documents. We know that the teaching of Literature has not been effective in Brazilian schools, so it results in an inefficient formation of young people in reading process. In view of this, it is essential to understand the content for the full formation of the students and to find possible ways to improve the scenario of basic education. Furthermore, we have investigated authors who deal with the relevance of the literary text to the full citizen formation, such as Cândido (2011), Orlandi (1999), Cosson (2006), among others. In addition, we have investigated the above mentioned documents and realized that they are still not satisfactory in proposing an efficient way to teach Literature in school.

Keywords: Teaching; Literature; Official documents.

Introdução

O texto literário possui particularidades que o diferencia dos demais textos, já que em sua construção são utilizados jogos de palavras, figuras

de linguagem, duplos sentidos, entre outros recursos que fazem com que ele seja único no processo de construção da significação.

Diversos autores, como Orlandi (1999), Cosson (2006), entre outros, já apontaram a relevância desse gênero para o pleno desenvolvimento cognitivo e social de um indivíduo. Orlandi (1999) define que apenas o contato com esses textos completos permite a transformação de um nível de leitura inferior, chamado de leitura parafrástica, para um nível superior e completo, denominado leitura polissêmica. De acordo com essa autora, portanto, o texto literário é de suma importância para efetivar uma plena relação do leitor com os significados textuais mais complexos.

Apesar disso, vemos que há inúmeros problemas quando pensamos no processo de escolarização da Literatura. Esse conteúdo, muitas vezes, ao longo dos anos, foi subestimado em detrimento dos estudos gramaticais, situação essa que acaba contribuindo para um ensino compartimentado e ineficiente. Nossos jovens estão encerrando o ciclo da Educação Básica com uma formação incipiente nos aspectos de leitura e interpretação textual, como apontam pesquisas nacionais e internacionais, como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Diante dessa situação, visando uma possível melhoria na qualidade do ensino de Literatura na escola, é urgente pensar o caminho que essa disciplina vem percorrendo em nosso país, principalmente na escola. Para tanto, faz-se necessário analisar os documentos oficiais da educação, para entender os princípios, objetivos e encaminhamentos que os órgãos oficiais do país definiram para esse conteúdo escolar. Neste artigo, nos preocupamos em investigar as orientações elaboradas para o Ensino Médio, parte final do ciclo da Educação Básica, a saber: Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN+) e Orientações Curriculares Nacionais (OCN). Nossa intenção é entender de que maneira os referidos documentos tratam o ensino de Literatura e o quanto podem estar distantes das práticas educativas.

Texto Literário: da fruição ao poder humanizador

A Literatura, como sabemos, faz parte da existência humana, uma vez que trabalha com sentimentos, subjetividade e emoções. Dessa maneira, o texto literário torna-se intrínseco ao homem, servindo de base para satisfação de muitas necessidades subjetivas, retratando realidades das mais diversas épocas, revelando o mundo por meio das palavras, organizadas de tal forma a contribuir para o despertar interno da vontade, da satisfação, do desejo. Cosson (2014), assim como outros autores, também discute essa ligação vital do homem com a Literatura:

Que a Literatura faz parte das comunidades humanas desde os tempos imemoriais são testemunhos os mitos cosmogônicos. As histórias que relatavam como surgiu o mundo, como nasceu o primeiro homem e como ele recebeu o castigo da morte ofereciam identidade grupal, assinalavam normas comportamentais, garantiam transcendência e, acima de tudo, davam um sentido à vida. Essas múltiplas funções dos mitos e de outros relatos exemplares serviam de base para a expansão da Literatura em diversas manifestações, gerando uma pletora de gêneros inicialmente orais, depois escritos (COSSON, 2014, p.11).

Como percebemos, as histórias dão sentido à vida, sendo assim, podemos perceber a importância que a arte da narrativa tem dentro dos contextos sociais, seja qual for, organizada das mais diferentes formas. A Literatura não se rende a governos autoritários, situações adversas ou desastres naturais, ela é soberana, está junto com os povos em quaisquer situações, ajuda na construção da identidade de um grupo, revelando, ao longo do tempo, sua capacidade de superação e transformação.

De acordo com Cosson (2006), o letramento literário faz parte da ampliação do termo letramento, uma vez que é um dos usos sociais da escrita. Apesar disso, o autor considera que o uso do texto literário é uma maneira particular de letramento, pois a Literatura ocupa um lugar único em relação à linguagem, proporciona um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita e, por fim, precisa necessariamente da escola para se concretizar, diferente de outros processos de letramentos. Portanto,

letramento literário é bem mais do que uma habilidade pronta e acabada de ler textos literários.

Cosson (2006) afirma, ainda, que o objetivo maior do letramento literário ou ensino de Literatura na escola seria formar leitores, não qualquer leitor, mas um que seja capaz de interagir com sua cultura, com sua comunidade e assim possa manipular os instrumentos culturais e construir um sentido a partir deles.

Apesar da importância histórica da Literatura e da necessidade do letramento, o texto literário, em muitos momentos, parece não ter mais tanta relevância no cotidiano das pessoas:

Atualmente, a Literatura parece não ter mais o lugar no cotidiano das pessoas. Segundo resultados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2012, os brasileiros leem em média quatro livros por ano em contraste com 4,7 em pesquisa semelhante realizada em 2007 (...). A leitura não é uma forma comum de lazer. Ao contrário, ela está bem abaixo da televisão, campeã absoluta da preferência nacional, com 85% da população(...) Se os brasileiros leem pouco, leem menos ainda Literatura (COSSON, 2014, p.12).

A situação apresentada por Cosson (2014) é bastante preocupante, pois é contraditório pensar que, sendo a Literatura tão importante na construção da identidade de uma sociedade, como poderia estar fadada ao desprezo total como apontam as pesquisas. Dessa maneira, faz-se urgente e necessário repensar os caminhos do texto literário, suas formas de apresentação e disseminação, antes que nossa sociedade sofra um colapso cultural, em que bens de consumo possam ser mais importantes do que o contato com obras literárias de inestimável valor cultural.

A Literatura é um bem cultural que deveria pertencer a todos, mas, em países subdesenvolvidos, com a necessidade de solução de problemas práticos de sobrevivência, essa produção cultural fica a mercê de apenas um pequeno grupo de pessoas. É justamente essa situação que perpetua muitos países em condições econômicas e culturais desprivilegiadas, em um círculo vicioso de mau uso e distribuição dos objetos culturais.

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, fala-se muito em luta por direitos humanos, distribuição satisfatória de renda, luta por direitos sociais, dentre outros. Às vezes, pensa-se nessa distribuição como apenas de bens materiais, tangíveis, que permitam a sobrevivência e o conforto. Deve-se pensar que, para além desses bens materiais, físicos, existem bens imateriais e intangíveis que devem fazer parte da luta pelos direitos humanos. Candido (2011) afirma que precisamos de alimentação, moradia, vestuário, mas, além disso, necessitamos de liberdade, justiça e resistência, direito à crença, à opinião e também à arte literária.

Barthes (1979) consegue resumir em poucas palavras, muitos argumentos que nos fazem refletir sobre a importância da disciplina Literatura enquanto difusora de múltiplos conhecimentos:

A Literatura assume muitos saberes. Num romance como Robinson Crusoe, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico. Se, por não sei que excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (...) a Literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ela permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a Literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada em relação a esta (...). A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a Literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a Literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens (BARTHES, 1979, p.18-19).

O autor acredita, assim como nós, que a Literatura faz girar os saberes, ela permite um grau de reflexão do mundo e de si mesmo. Sendo assim, é uma importante disciplina escolar, capaz de formar plenamente um cidadão, que seja crítico, mas respeitador, que acredite na ciência, mas que também insinue suas limitações. Pensar que a Literatura, como afirma Barthes (1979), corrige a distância entre a ciência e a vida, vitais para os

seres humanos, demonstra mais uma vez o quanto é preciso respeitar e refletir sobre as formas como essa disciplina é apresentada às novas gerações.

A Literatura, por aparecer como manifestação de universal de todos os homens, em todos os tempos, acaba tornando-se um bem cultural, além de ser uma necessidade humana. Candido (2011) afirma que a Literatura deve ser um direito de todo cidadão, uma vez que ela:

É um fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade (...) entendendo por humanização o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A Literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 2011, p.177-182).

Assim, a Literatura não se apresenta apenas como objeto de contemplação e fruição, mas tem uma capacidade humanizadora, além disso, é capaz de apresentar e denunciar problemas sociais, nos permitindo tomar partido diante deles. A Literatura, portanto, apresenta uma face individual e coletiva no processo de humanização:

(...) devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a Literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (COSSON, 2006, p.23).

A Literatura é uma necessidade universal, que deve ser atendida em qualquer contexto, sob pena de mutilar nossa personalidade, pois “pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão de mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da Literatura é mutilar a nossa humanidade” (CANDIDO, 2011, p. 188).

Apesar desse esforço teórico em provar a importância da Literatura, muitas vezes, esse bem cultural ainda é privilégio de um grupo muito pequeno, elitizado, que pode, por vários motivos, consumir esse tipo de cultura.

Para que a Literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa de bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e nesse domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da Literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante (CANDIDO, 2011, p.189).

Assim sendo, observamos a importância da escola em proporcionar o letramento literário para todas as classes sociais, sem deixar de oferecer esse bem cultural para nenhuma delas. De acordo com Cosson (2006), diferente dos demais tipos, o letramento literário é exclusivamente dependente da instituição escolar para se desenvolver, confirmando o papel fundamental que essa apresenta, enquanto local formador de cidadãos críticos, politizados e, principalmente, humanizados, função essencial do texto literário. A escola, vista dessa forma, passa a ser encarada como um ambiente de resistência, de formação plena e ampla.

Cosson (2006) afirma que devemos letrar o aluno por meio da Literatura e propõe duas sequências possíveis: a básica e a expandida. Na básica, a ideia inicial é motivar o aluno, preparar sua leitura. A segunda etapa é da introdução, em que o professor apresenta o autor e a obra, mediando leitura dos alunos para ajudar a solucionar possíveis dificuldades com o texto literário. A última etapa é da interpretação, construída a partir dos fragmentos da obra para a compreensão global do texto. Trata-se de um encontro pessoal com o texto, a fim de demonstrar o que absorveu do texto estudado.

Leahy (2000) salienta que a educação literária requer mudanças na estrutura educacional, de forma a garantir a apropriação das

ferramentas críticas para o fortalecimento e engajamento do leitor. Deve democratizar a sala de aula de Literatura e reconhecer que esse ensino não é neutro, ao contrário, possui um enorme poder político-pedagógico. É justamente sobre esse poder de alteração que devemos nos debruçar, para fazer valer o ensino de Literatura na Educação Básica.

Observando essa importância do ambiente escolar para a formação do leitor, a partir do letramento literário, é fundamental entender de que maneira os documentos oficiais da educação versam sobre o lugar dessa ciência dentro do contexto educacional. Para tanto, tentamos observar como ela aparece nas diretrizes e bases da educação, além dos parâmetros curriculares destinados ao Ensino Médio.

Ensino de Literatura: análise dos documentos oficiais da educação

A primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi proposta pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani, sancionada em 1961, teoricamente com o objetivo de oferecer uma educação igualitária e para todos. Essa primeira lei foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e, na sequência, substituída pela LDB 9.394/96.

O Ensino Médio, no Brasil, não era parte da Educação Básica, até a LDB de 1996. Antes disso, as discussões sobre essa modalidade de ensino eram mínimas, por não ser considerada prioridade. O Ensino Médio passa a ter uma visibilidade maior quando sua expansão em número de matrículas ocorreu:

No Brasil, o Ensino Médio foi o que mais se expandiu, considerando como ponto de partida a década de 80. De 1988 a 1997, o crescimento da demanda superou 90% das matrículas até então existentes. Em apenas um ano, de 1996 a 1997, as matrículas no Ensino Médio cresceram 11,6%. É importante destacar, entretanto, que o índice de escolarização líquida neste nível de ensino, considerada a população de 15 a 17 anos, não ultrapassa 25%, o

O direito à Literatura: dos documentos oficiais às práticas educativas

que coloca o Brasil em situação de desigualdade em relação a muitos países, inclusive da América Latina(PCNEM, 1999, p.6).

Os documentos mais relevantes dessa discussão, em nível federal, foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio(PCNEM) (2000), Orientações curriculares complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) (2002) e as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) (2006). Os dois primeiros tratam da Literatura como matéria subalterna ao ensino de língua portuguesa ousevindo de pretexto para esclarecer e ilustrar os conteúdos de disciplinas distintas. O último documento resgata a Literatura, que parecia ainda não ter encontrado o seu lugar nos outros documentos.

Nos documentos, fica clara a noção da superioridade que o texto literário já teve em alguns momentos de nossa história, uma vez que era considerado um bem cultural de poucos, da classe abastada:

Por muito tempo, o texto literário ocupava seu destaque como a arte do bem falar, do escrever e, porque não, do persuadir. O ensino de Literatura era o polo negativo das classes menos abastadas, a educação não era um direito de todos, pois o luxo era ter tempo para estudar, no entanto, ao ser assegurado o direito de todos à educação, as polaridades se invertem. A Literatura vai para a margem e a margem vem para a escola, uma vez que o ensino era pautado em um saber técnico produtivista (FORTES e OLIVEIRA, 2015, sp).

Na LDB5692, de 1971, a área de linguagens aparecia dicotomizada entre língua e Literatura, em uma abordagem que parecia considerar conceitos gramaticais, Literatura e produção textual como áreas separadas. Era comum nessa época ver especialistas em cada um dos eixos da linguagem, valorizando essa ruptura.

Os PCNEM, publicados em 2000, tentam integrar o conteúdo de Literaturano rol de importância com os demais assuntos. Não podemos negar que já foi um passo, no sentido de que não existia uma discussão do assunto anterior a essa proposta, mas na verdade o que vemos é uma tentativa com pouco sucesso, pois a Literatura é citada, mas o que fazer

com o texto literário parece ainda uma dúvida até dos produtores do documento:

Muitos educadores poderão se perguntar onde está a Literatura, a gramática, a produção de texto escrito, as normas. Os conteúdos tradicionais foram incorporados por uma perspectiva maior, que é a linguagem, entendida como um espaço dialógico, em que os locutores se comunicam (PCNEM, p.23).

Há uma tentativa de valorizar o texto literário, mas a discussão do documento ainda é muito incipiente para conseguir desvelar a Literatura do plano da teoria para as práticas efetivas nas salas de aula de Ensino Médio.

A respeito das competências e habilidades propostas pelo documento, apenas uma faz referência ao texto literário e assim se encontra: “Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial” (PCNEM, p.24).

Como podemos observar, o que se pretende com a Literatura ainda é bastante incipiente, uma vez que valoriza o aspecto temporal e é vista como apenas patrimônio cultural a ser repassado de geração em geração. Outra crítica que o PCNEM faz com relação ao ensino de Literatura é o próprio conceito de Literatura e o ensino pautado em uma visão historiográfica da disciplina que, muitas vezes, torna a aprendizagem sem sentido. Nessa linha, os PCNEM lançam uma proposta de que o ensino de Literatura, gramática e produção de textos devem ser trabalhados de forma conjunta, com a finalidade de auxiliar o ensino a partir de uma aula dialógica em que os participantes se comunicam. Entretanto, essa afirmação não fica muito clara no contexto de ensino de Literatura, logo, percebe-se a falha do documento, que traz em seu cerne o objetivo de orientar e direcionar o ensino de Literatura.

Em momento algum a questão do poder reflexivo e humanizador do texto literário é posto em jogo. Ao desconsiderar esses dois aspectos fundamentais da Literatura, enquanto formadora de leitores críticos e

reflexivos, o documento sugere apenas a inserção do texto literário, sem guiar o trabalho efetivo que esse precisa assumir no ambiente escolar.

Notamos, ainda, no documento, uma clara confusão dos fins a que se pretende a formação no Ensino Médio:

Não se pode mais postergar a intervenção no Ensino Médio, de modo a garantir a superação de uma escola que, ao invés de se colocar como elemento central de desenvolvimento dos cidadãos, contribui para a sua exclusão. Uma escola que pretende formar por meio da imposição de modelos, de exercícios de memorização, da fragmentação do conhecimento, da ignorância dos instrumentos mais avançados de acesso ao conhecimento e da comunicação. Ao manter uma postura tradicional e distanciada das mudanças sociais, a escola como instituição pública acabará também por se marginalizar (...) Alteram-se, portanto, os objetivos de formação no nível do Ensino Médio. Prioriza-se a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (PCNEM, p.12-13).

Essa confusão existe uma vez que, atodo momento, é citada a formação para o trabalho e depois muda-se a perspectiva para uma abordagem para a ética e intelectualidade.

Outro ponto que merece observação no documentoé a questão da conceituação do que seria Literatura: “O conceito de texto literário é discutível. Machado de Assis é Literatura, Paulo Coelho não. Por quê?” (PCNEM, p.16). Há uma tendência reducionista do conceito de Literatura, que pouco reflete o potencial dialógico das teorias da linguagem que sustentam o termo. Não se considera a Literatura como uma exímia arte de trabalhar as palavras, dando a elas sentido, emoção e capacidade de inquietar seus leitores. A Literatura faz seu trabalho completo quando emociona, preenche lacunas, dialoga com o mundo e inquieta, toda Literatura inquietante provoca os seus leitores e faz com que eles saiam de um lugar comum para pensar muito além do que foi lido.

Os PCNEM apresentam uma abordagem a partir dos quatro pilares propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

Cultura (UNESCO), que seria: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, esses pilares encontram-se no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, de 1996. Esse documento apresenta princípios norteadores para o ensino de Literatura. Nos PCNEM, a Literatura não aparece com um sentido muito claro, mas condena o trabalho a partir do aspecto historiográfico.

Nos PCN+, segunda orientação publicada para o Ensino Médio, os quatro pilares da educação, propostos pela UNESCO continuam sendo o norte das discussões. No referido documento, o ensino de Literatura mostra a possibilidade de uso dos textos para entender uma sociedade e seus costumes. Além de não ter sido capaz de ampliar as discussões propostas pelos PCNEM, os PCN+ ainda geram problemas maiores na abordagem do propósito do ensino de Literatura. Além disso, apresenta incoerências e problemas nos limites de temas.

As linguagens, por sua vez, dos idiomas às artes, têm seus recortes temáticos disciplinares em permanente transformação, além de que, em um mesmo local e período, convivem visões diferentes ou mesmo divergentes sobre quais são seus temas centrais de aprendizado e sobre as formas mais recomendáveis para o ensino desses temas (PCN+, p.15).

Como podemos depreender, os temas e as formas mais recomendáveis de se trabalhar a disciplina são apresentados de forma vaga e aleatória. Não conseguimos abstrair de maneira clara como devemos conduzir um ensino eficaz de Literatura na escola. Dessa maneira, o documento não consegue ser um auxílio para o professor da Educação Básica, uma vez que traz conceitos que divergam mais do que evidenciam.

O PCN+ tende a apresentar o livro didático (LD) como fonte ideal para uso do professor, sem considerar, verdadeiramente, a necessidade de uma ampla pesquisa para que as aulas sejam exitosas e completas, uma vez que o LD deve ser um complemento para a prática pedagógica do docente e não um apoio que faça todo o seu trabalho:

(...) ao tratar dos gêneros literários, pode trazer a discussão de modelos explicativos, de análises críticas e de hipóteses de relações causais, do contexto das Ciências Humanas ou das Ciências Naturais, encontrados com facilidade no material didático (PCN+, p.18).

É função do professor expressar sua autonomia em suas aulas, principalmente de Literatura. Usar o LD como único suporte pode ser um erro irreparável na condução metodológica das aulas, pode fazer do docente um mero repetidor de teorias prontas, um leitor de fragmentos de textos que o LD apresenta. Não sendo um leitor polissêmico, é bastante difícil que o docente, guiado por esse documento, consiga fazer um bom trabalho de formação de leitores, aqueles polissêmicos, competentes e críticos, como deseja Orlandi (1999).

Há, no PCN+, uma clara confusão do objetivo do ensino de Literatura no Ensino Médio: ora valoriza-se a questão histórica, ora os estilos de época. A única coisa que não fica claro em momento algum do documento é a valorização do principal objeto de uma aula de Literatura: o texto literário e suas nuances de subjetividade.

A Literatura, particularmente, além de sua específica constituição estética, é um campo riquíssimo para investigações históricas realizadas pelos estudantes, (...) permitindo reencontrar o mundo sob a ótica do escritor de cada época e contexto cultural: Camões ou Machado de Assis; Cervantes ou Borges; Shakespeare ou Allan Poe; Goethe ou Thomas Mann; Dante ou Guareschi; Molière ou Stendhal (...). Alguns alunos poderão pesquisar, em romances ou em pinturas, a história dos esportes, dos transportes, das comunicações, dos recursos energéticos, da medicina, dos hábitos alimentares, dos costumes familiares, das organizações políticas (PCN+, p.19).

Como sabemos, a Literatura é muito utilizada para perscrutar aspectos históricos de determinado momento, porém, da forma como o PCN+ aborda, faz entender que o conhecimento histórico deve vir dos textos literários, o que é uma inverdade. Dadas as características dos textos literários, tais como subjetividade, polissemia e jogos construtivos

de linguagem, o ideal é que esse gênero textual seja usado para apreciação do próprio fazer literário. Diminuir esse gênero a uma mera investigação histórica é desconsiderar todo o seu potencial linguístico.

O texto literário deve sim servir de mote para diversas discussões em sala de aula, nas mais diferentes áreas, mas o seu foco principal deve estar sempre no texto, no seu processo de criação, investigação e uso da linguagem. No gênero não literário interessa apenas a informação a ser passada para o interlocutor, já o texto literário preza pelo trabalho com as palavras, sua significação mais profunda, não podendo, assim, ser tratado de qualquer maneira.

Ainda sobre as incoerências apresentadas pelo PCN+, há uma tentativa de criticar o ensino de Literatura com base na memorização de conceitos, alertando para o fato de construir conceitos de maneira sólida:

A própria compreensão dos estilos de época, no campo da cultura visual e da Literatura, pode reduzir-se a simples decoreba, caso esses conceitos não sejam solidamente construídos. (...) A metalinguagem da gramática, os estilos de época na Literatura, as denominações dos diversos gêneros textuais são algumas das classificações recorrentes na disciplina. Para além de serem um conteúdo engessado e um fim em si mesmos, representam caminhos de sistematização para se chegar às competências (...) No domínio desse conceito está, por exemplo, o estudo da história da Literatura (PCN+, p.45-60).

O estranho é que o referido documento preza pelo ensino focado no conhecimento histórico, confunde a todo momento sistematização com periodização didática. De que maneira, então, esses conceitos poderiam ser construídos com a solidez desejada? Observamos que há uma superficial tentativa de demonstrar a necessidade de um ensino embasado, mas que não se sustenta em sua base teórica e ao longo da construção do raciocínio global do texto.

Ainda atentos às nuances significativas da construção do documento, vemos que mais uma vez confirma-se a tendência tradicional e equivocada com o trabalho com Literatura no Ensino Médio: “o Ensino

Médio dá especial atenção à formação de leitores, inclusive das obras clássicas de nossa Literatura, do que mantenha a tradição de abordar minuciosamente todas as escolas literárias, com seus respectivos autores e estilos” (PCN+, p.68). Como podemos observar, há foco no autor, na época, no estilo, mas o texto em si, elemento mais importante de toda a discussão, não aparece destacado, não recebe devido apreço. Isso demonstra uma clara confusão teórica existente no PCN+, uma ineficiência em levar para o docente do Ensino Médio um guia que auxilie sua condução metodológica.

Ao analisar os PCN+, verificamos que o documento retrocede ainda mais as discussões propostas nos PCNEM, uma vez que traz bases teóricas confusas e superficiais, que não dão conta de entender e direcionar o trabalho que precisa ser feito com a Literatura em sala de aula. Diante disso, vemos que o docente da Educação Básica, se órfão de uma boa formação inicial para o trabalho com o texto literário, não encontra nesse manual um caminho coeso a seguir, ou seja, o que era para ser um auxílio ao professor pode representar uma perigosa simplificação do que realmente deve ser o trabalho com a Literatura na escola.

As OCN, publicadas em 2006, problematizam os conceitos de Literatura, mas não conseguem dar conta das discussões sobre o processo de letramento com o texto literário. Os apontamentos são superficiais e não conseguem abarcar a profundidade das discussões que o letramento literário propõe e necessita. A proposta das OCN só tem como ser atendida se os alunos do ensino fundamental apresentarem uma maturidade leitora eficiente, caso contrário, o ensino de Literatura no Ensino Médio não terá sucesso. As teorias que o documento levanta são variadas, dentre elas destacam-se as chamadas teorias da recepção e o conceito da polifoniabakhtiniana.

As OCN apresentam uma proposta mais eficiente de discussão do ensino de Literatura, se comparada às dos PCNEM e dos PCN+. Apesar disso, a divulgação dessa última foi bem menos eficiente que os dois primeiros. A partir de uma visão mais crítica da Literatura, as OCN trazem uma proposta que flexibilizam mais o trabalho do professor. Esse é o ideal

do ensino de Literatura, mas o documento não apresenta o embasamento que o docente precisa para conseguir ser autônomo como propõe. Isso pode ser perigoso, uma vez que corre o risco de deixar o professor em uma falsa sensação de liberdade, sem estar pronto para agir de maneira eficaz na preparação das suas aulas. A metodologia adotada pelo discente, conforme as OCN, deve sempre pressupor uma base teórica profunda, base essa que deve ser construída na formação inicial e continuada desse profissional, caso contrário, a abordagem não tem terreno para se consolidar.

Não podemos negar um avanço considerável das discussões apresentadas pelas OCN, se comparadas às dos PCNEM e PCN+. Apesar disso, vemos uma vinculação recorrente ao PCN+, documento que comprovamos ser pouco elucidativo, pela confusão teórica apresentada. As OCN, embora tenham apresentado esse avanço na discussão do que é o ensino de Literatura na escola, foi pouco divulgado, se comparado aos outros documentos, portanto, é possível que uma parcela bem pequena dos docentes faça uso de suas reflexões em seu cotidiano.

Além disso, passada uma década, as OCN ainda é o documento que norteia as discussões dos professores de Língua Portuguesa, o que revela uma necessidade urgente de pensar sobre esses documentos, revisitá-los, reformulá-los e divulgar para a os professores da Educação Básica, a fim de verdadeiramente dar subsídios aos docentes para o exercício eficaz de práticas literárias eficientes.

Considerações finais

Há algum tempo, temos observado um número crescente de pesquisas que versam sobre a ineficácia do trabalho com o texto literário na escola e sua conseqüente relação com a defasagem na formação de leitores competentes. Os alunos do Ensino Médio, em maioria, conforme pesquisas nacionais e internacionais, como PISA e SAEB, saem dessa etapa da vida escolar sem se tornarem leitores polissêmicos, aptos apenas, e quando muito, a lerem informações objetivas de um texto.

Essa situação nos assusta, pois passados anos, décadas, governos e gerações, a situação é a mesma, ou pouco melhor, afirmando a necessidade de entender esse contexto e tentar contribuir para a melhoria desse cenário. Observar os documentos oficiais que norteiam o Ensino Médio, ao longo de nossa trajetória educacional, foi fundamental para entender as falhas que eles trazem, a pequena divulgação dos mesmos entre os docentes da Educação Básica e o indício de que o pouco embasamento teórico-prático das propostas sejam um dos motivos para a ineficiência do trabalho com a Literatura no Ensino Médio.

Os documentos, em sua maioria, são superficiais, econômicos nas discussões, não apresentam uma formulação efetiva, um caminho viável de auxílio ao professor que, por sua vez, parece desconhecer tais publicações. Além de apresentarem problemas visíveis nas propostas de condução do ensino de Literatura na escola, os documentos são antigos, mesmo que trouxessem uma rica estratégia de ensino, passada mais de uma década, eles já estariam defasados. É importante perceber, então, que a problemática do ensino de Literatura parece começar na falta de entendimento, dos órgãos oficiais, de quais seriam os objetivos para tal.

Essa realidade nos preocupa bastante, pois a Literatura, como afirma Candido (2011), é um direito de todos os cidadãos, tem função humanizadora, portanto, não pode ser negligenciada em nenhuma instituição, principalmente na escola. Como vimos, os documentos oficiais da educação propõem discussões sobre as práticas literárias escolares, mas o ritmo que isso vem acontecendo é demasiado lento, sem sintonia com o desenvolvimento tecnológico que nos cerca, uma vez que estão defasados há uma década.

É urgente pensar maneiras eficazes de inserir não só o nome letramento nas práticas escolares, mas a postura letrada nos discentes. Para isso, pensamos que o primeiro passo seria repensar esses documentos, com uma base teórica segura e dinâmica, que fosse capaz de realmente levar um conhecimento teórico prático para o docente da Educação Básica. Assim, esse profissional teria condição de entender

propostas inovadoras e teria um caminho a seguir, na condução das suas aulas.

Pensar na divulgação desses documentos também é fundamental. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, há várias realidades educacionais diferentes, o que faz necessário um caminho direto entre esses documentos e o seu público, os docentes da Educação Básica. Precisamos reconhecer que muitos professores possuem sérios problemas na formação inicial, dadas as características de alguns cursos de licenciatura oferecidos entre outros fatores, isso demanda um cuidado especial com a formação continuada para os que estão em sala, incluindo nisso o conhecimento e análise de documentos importantes para a condução da prática pedagógica, como os que estudamos neste artigo.

A Literatura é um direito de todos. Dos documentos oficiais às práticas pedagógicas, estamos convencidos de que esse direito tem sido negligenciado, nas mais diversas instâncias, que deveriam se preocupar com esse aspecto. Portanto, analisar e divulgar esses documentos pode ser um passo importante para se pensar caminhos alternativos para a condução do ensino de Literatura na escola, com vista de melhorar as condições de formação do discente do Ensino Médio e garantir o seu direito de acesso ao texto literário, objeto que será capaz de consolidar sua humanização.

Referências

- BARTHES, R. *Aula*. Trad. Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BORGES, J. L. *A Poesia*. In: _____. Sete noites. Trad. João Silvério Trevisan. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases*. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. *PCN+*. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.

- _____. Ministério da Educação. *PCNEM*. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. *Resultados do SAEB. 2005*. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. *Resultados do SAEB. 2011*. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. *Resultados do PISA – 2000 até 2012*. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- FORTES, R. A.; OLIVEIRA, V. S. *O ensino de Literatura no Ensino Médio e os documentos oficiais*. Contexto: Vitória, n.27, 2015/1.
- CANDIDO, A. *O direito à Literatura*. In: _____. *Vários escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CEREJA, W. R. *Uma proposta dialógica no ensino de Literatura no Ensino Médio*. 2004. 330f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.
- LEAHY, C. *Educação Literária como metáfora social*. Niterói: EdUFF, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Texto: Formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Leitura: Teoria e Prática*. São Paulo: Mercado Aberto e ALB, 1983.